

Adiar reajustes pode ser perigoso, dizem especialistas

Não aumentar gasolina para segurar a inflação poderá trazer problemas nos meses seguintes

MÔNICA CIARELLI
e JACQUELINE FARID

RIO – A estratégia do governo de segurar a inflação via preços administrados, especialmente combustíveis, pode ser perigosa no médio prazo. Economistas alertam que artifícios como o de não reajustar o preço da gasolina, mesmo quando o valor barril dispara no mercado internacional, tem efeito imediato, mas traz problemas nos meses seguintes.

Em fevereiro, por exemplo, a inflação teria disparado se não fosse a redução no ritmo de reajuste de preços dos combustíveis para o consumidor. A taxa do IPCA, que serve de base para o sistema de metas de inflação do governo, sentiu apenas no mês passado o impacto de resquícios do último aumento dos combustíveis definido pela Petrobrás no final de 2002.

O mecanismo usado pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foge à regra. O final do governo de Fernando Henrique Cardoso também foi marcado por uma clara

decisão de segurar o preço da gasolina para não pressionar ainda mais uma inflação que já subia por causa da disparada do dólar e, mesmo com a tentativa de controle, acumulou alta de 12,5% no ano.

“Essa sempre foi uma prática no País. Não é nova, mas os preços sempre estouraram lá na frente”, lembra o economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas. Para ele, os investidores sabem que os aumentos serão inevitáveis e saem em busca de ativos reais, movimento que aquece a economia e, no final da conta, alimenta a inflação.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, disse na semana passada que não faz sentido mexer nos preços dos combustíveis neste momento porque o petróleo está sendo pressionado por fatores pontuais e não estruturais. Segundo ele, modificar os preços neste momento “contaminaria a economia inteira, gerando uma espiral inflacionária”. Para ele, o problema é que depois é difícil reverter esse contágio. “E depois? O preço cai de novo, mas o mal já está feito.”

O combustível não é o único alvo do governo. Nas últimas semanas, a equipe econômica já deixou claro que pretende alte-

rar o modelo de reajuste das tarifas de energia elétrica e de telecomunicações. O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, propôs uma desindexação das tarifas de telefonia fixa, que deixariam de ser reajustadas com base no IGP-DI.

A analista Carolina Gava, do BES Securities, acredita que as empresas já haviam descartado um reajuste integral do IGP-DI para este ano. Segundo ela, a economia hoje está desacelerada e, por isso, “a elevação total da tarifa poderia trazer um aumento da inadimplência e uma redução do tráfego”.

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou na sexta-feira que o “grosso” dos aumentos de preços já ocorreu. “Segundo, já estamos vendo sinais de que algumas companhias estão tendo problemas de elevar preços porque a inadimplência já está subindo, ou seja, o mercado de novo está colando um teto nos aumentos de preços e tarifas.”

Os preços regulados pelo governo – serviços telefônicos, derivados de petróleo, gás de cozinha, eletricidade, planos de saúde, água e esgoto e transporte público – têm peso de cerca de 29% no IPCA, segundo explicou Thadeu de Freitas. No ano passado, os administrados subiram cerca de 15,31% e, neste ano, a expectativa é que aumentem

16%, com reajuste de 8% previsto para a gasolina.

O economista avalia que o governo está evitando novos aumentos nos preços dos combustíveis, acreditando que medidas como a elevação dos juros e do compulsório possam desa-

quecer a demanda a ponto de um virtual reajuste na gasolina não ser integralmente repassado. Ele alerta, no entanto, que os juros reais (descontada a inflação) estão defasados, afugentando investidores financeiros.

Além disso, segundo Thadeu de Freitas, o mercado sabe que o aumento dos combus-

tíveis é inevitável e, em consequência, segue em busca desses ativos reais. “Não adianta nada segurar preços administrados como os combustíveis, porque isso aumenta a inflação futura. Segurar esses preços agora só tem impacto de queda nas taxas inflacionárias em curtíssimo prazo, mas maior em médio prazo.”

Crítérios – Henrique Meirelles disse na sexta-feira em Nova York que a meta de IPCA de 8,5% neste ano definida pelo governo já leva em conta a alta do petróleo. “A nossa meta e a nossa projeção da trajetória de inflação já estão levando em conta a alta nos preços do petróleo. Não diria que já incorporamos todos os cenários de estresse. Mas já incorporamos a alta nos preços do petróleo e derivados”, explicou.

Thadeu de Freitas alerta também para o perigo de trocar os Índices Gerais de Preços (IGP-M e IGP-DI, calculados pela Fundação Getúlio Vargas) pelos índices de preços ao consumidor como parâmetros para os reajustes de telefonia ou de energia elétrica. O argumento é que os preços no atacado, com maior peso nos IGPs, estão subindo em ritmo inferior aos do consumidor em consequência da esta-

bilidade do dólar. “Daqui a pouco o IPCA poderá ser superior aos IGPs, porque a tendência do dólar é estabilizar em patamares inferiores aos atuais.”

No ano passado, os preços regulados tiveram forte impacto na inflação e chegaram a subir bem acima da média. No IPCA, o gás de cozinha subiu 46%; a energia elétrica residencial, 19,88% e a gasolina e álcool combustível, juntos, 16,14%. As tarifas de telefonia subiram um pouco abaixo do IPCA, com aumento acumulado de 11,27%.

O economista da PUC-RJ e membro do conselho consultivo do IPCA, Luiz Roberto Cunha, disse que “não há nenhuma evidência” de que o governo esteja segurando o repasse dos aumentos de custos para os combustíveis.

“O que sabemos até agora é que não estão sendo utilizados os critérios do governo anterior”, avalia. No entanto, ele admite que essa incerteza sobre os critérios está levando a especulações no mercado, e já há apostas de que a qualquer momento poderá ser anunciado um aumento de 10% para a gasolina. De qualquer maneira, acredita que “ainda não há um represamento significativo de inflação futura”. (AE)

“Essa sempre foi uma prática no País. Não é nova, mas os preços sempre estouraram lá na frente”

Carlos Thadeu de Freitas, economista